

A política não está no objeto, mas na abordagem: Entrevista com Bernardo Ricupero

Por Felipe Freller¹

 <https://orcid.org/0000-0002-2402-5742>

Gabriela Rosa²

 <https://orcid.org/0000-0003-0913-3961>

Esta entrevista com o professor Bernardo Ricupero foi realizada em 18 de março de 2021, por videoconferência. Ele é professor livre-docente do Departamento de Ciência Política da USP, atuando nas áreas de pensamento político brasileiro e pensamento político latino-americano. Entre seus principais trabalhos publicados, estão livros como *Sete lições sobre as interpretações do Brasil* (Alameda, 2007), *O romantismo e a ideia de nação no Brasil* (Martins Fontes, 2004) e *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil* (Editora 34, 2000). Na entrevista, Ricupero conta sobre sua trajetória de pesquisa no campo do pensamento político-social brasileiro e destaca como a universidade pública e o trabalho de pesquisa se transformaram nas últimas décadas. Enfatizando o caráter interdisciplinar de seu trabalho intelectual, reforça a pluralidade de objetos de interesse para a teoria política e aponta para o papel decisivo da área na crítica e no debate sobre as condições da democracia atual. O professor reflete também sobre o status específico do pensamento político produzido em um país periférico como o Brasil, indicando, na linha de Roberto Schwarz, que o ponto de vista periférico pode colocar em evidência aquilo que não se vê tão bem do centro do capitalismo.

Felipe Freller: Bernardo, a gente vai começar perguntando sobre a sua trajetória na teoria política, mais especificamente no pensamento político brasileiro. Como você chegou nesse campo de estudos? O que te chamou mais a atenção: algum tema, algum autor marcante? Como e em que momento da sua trajetória intelectual e acadêmica você se aproximou da teoria política e do pensamento político brasileiro?

Bernardo Ricupero: Na verdade, acho que o motivo pelo qual eu fui fazer Ciências Sociais foi, em boa medida, o interesse pelo socialismo. E imagino que era uma coisa

¹ Pesquisador de pós-doutorado no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com bolsa da FAPESP - processo nº 2021/03135-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), e pesquisador associado do Centre d'Études Sociologiques et Politiques Raymond Aron da École des Hautes Études en Sciences Sociales (CESPRA-EHESS).

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da USP e bolsista da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo nº 2018/02426-9). Também é editora da área de Teoria Política na Leviathan – Cadernos de Pesquisa Política.

relativamente comum. Não sei se hoje ainda é tão comum para pessoas que fazem um curso como o de Ciências Sociais. Ao longo da graduação, a experiência na USP foi interessante por me abrir a possibilidade de conhecer um pouco melhor outras perspectivas e, o que talvez tenha sido especialmente importante para mim, ter pelo menos alguma noção sobre a especificidade social e política do Brasil. Isso tem certa relação com a própria experiência das Ciências Sociais da USP, talvez particularmente se a gente pensa no que vinha da cadeira de Sociologia I, com Florestan Fernandes e outros. Mais para frente, quando eu fui fazer mestrado (deve ter sido em 1994, pois eu terminei a graduação em 1993), o meu interesse, na verdade, era procurar algum tema que juntasse essas minhas preocupações, ou seja: socialismo e Brasil. Eu entrei com um tema no mestrado que, na verdade, não era exatamente de teoria política. O tema com que eu entrei era o PT e a democracia. É curioso pensar sobre isso, 27 anos depois. Eu lembro até que, na banca, alguém me perguntou: “Mas como é que você vai estudar um partido que não tem nada de democrático?”. Eu respondi: “Não sei, ainda não comecei a pesquisa, e, se não for democrático, eu acho até interessante ver a relação, tratar da tensão”. Mas não era tanto isso que me interessava. Não era exatamente um estudo sobre partido que eu queria fazer. Ao longo do curso de mestrado, aí sim, eu fui, de alguma maneira, rumando para o caminho que acabei tomando. Alguns cursos que fiz na época foram importantes. O primeiro - que talvez possa parecer para vocês meio fora de propósito - era um curso que juntava o que era na graduação Política II e Política III (de Maquiavel a Tocqueville). Mais do que isso, a gente tinha que fazer 4 ou 5 trabalhos ao longo da disciplina; algo como um trabalho sobre um autor a cada 10 dias. Ou seja, uma coisa meio complicada de fazer, mas essa experiência me convenceu de que, realmente, o que me interessava era estudar História do Pensamento Político, que é o que eu tenho trabalhado desde então. Junto com isso, até de uma maneira complementar, foi também curioso que eu fiz, mais ou menos na mesma época, um outro curso, sobre interpretações do Brasil. Quem dava era o Boris Fausto, e não era tão diferente do curso que eu mesmo, durante algum tempo, dei sobre interpretações do Brasil, e que acabou resultando no livro de divulgação, *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*³. Nesse

³ RICUPERO, Bernardo. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2011.

curso do Boris Fausto, faltava, na minha opinião, um autor marxista – melhor, uma interpretação do Brasil realizada por uma perspectiva marxista. Para a avaliação do curso, eu decidi fazer um trabalho sobre Caio Prado Júnior. Então, em alguma medida, foi aí que eu comecei propriamente o caminho que me levou para o meu mestrado. O Caio Prado Júnior, mais do que o PT e a democracia, realmente juntou meus dois interesses, ou seja, tinha uma perspectiva marxista e, mais do que isso, era um autor que tratava do Brasil. Sendo talvez até mais específico, no campo marxista era um autor bastante diferente. Isto é, era um autor que não seguia o que se poderia chamar do receituário comunista, que basicamente vinha da Terceira Internacional, identificado com as chamadas teses da Terceira Internacional sobre os “países coloniais, semicoloniais e dependentes”, que defendiam que os países nessa categoria realizassem uma “revolução burguesa”, nos moldes da Revolução Francesa de 1789. Na minha visão, o Caio Prado, em contraste, entendia o marxismo muito mais como uma abordagem, um método, para tentar entender a especificidade brasileira dentro do capitalismo internacional. Aí também é bastante curioso que eu tenha tido a experiência da orientação do Gildo Marçal Brandão, já falecido, que vinha de uma tradição comunista – é verdade que do comunismo democrático. O que me atraía mais no Caio Prado era que ele parecia ser um autor que tinha escrito boa parte de sua obra contra o PCB. O Gildo, apesar de ser alguém que vinha dessa tradição comunista, me acolheu muito bem e sempre estimulou uma postura crítica. De alguma maneira, talvez discretamente, ele fez com que eu relativizasse um pouco minha visão a respeito do Caio Prado como alguém tão destoante do PCB. Por influência dele, eu passei a perceber que o Caio Prado, em alguma medida, faz parte dessa tradição. A gente pode dizer que até os temas, o próprio vocabulário dele, são dados por essa tradição: ele fala em questão nacional, questão agrária, imperialismo – claramente numa linguagem comunista –, mas fornece um outro caminho para lidar com essas questões. A outra maneira do Caio Prado de encarar o marxismo, em alguma medida, também me parece que era aquilo que me atraiu no curso de Ciências Sociais da USP, no sentido de procurar entender a especificidade brasileira. No caso do Florestan Fernandes, a referência não era só o marxismo, ele tendo assumido

a perspectiva que Gabriel Cohn chama de “ecletismo bem temperado”, segundo o qual, é basicamente o objeto que determina a abordagem que se toma na pesquisa.

Felipe Freller: Como você diria que era estudar teoria política e pensamento político brasileiro nessa época em que você fez pós-graduação, na década de 1990? A pós-graduação ainda era muito diferente do que é hoje, ou não tanto? Que diferenças você vê entre esse momento em que você fez pós-graduação e o momento atual, marcado por uma grande expansão da pós-graduação?

Bernardo Ricupero: Era muito diferente. A universidade de maneira geral é completamente diferente. O mais importante, a gente percebeu nos últimos anos, é que mudou a cara da universidade. Pensando tanto no meu período de graduação, como de pós-graduação, e mesmo de professor (eu entrei em 2002, como professor substituto, e o concurso de efetivação foi em 2005, já faz algum tempo), mudou a cara, talvez principalmente em um sentido étnico e social: a universidade se tornou mais parecida com o que é o Brasil. Isso talvez tenha sido o mais importante nessa experiência. Então, nesse nível, sem dúvida nenhuma, mudou a universidade. Mudou também, em boa medida, o próprio trabalho intelectual, em sentidos variados, o que tem tanto dimensões positivas como dimensões negativas. Aquele curso que, na pós-graduação, juntava Política II e Política III, e que era obrigatório, seria impensável agora. A profissionalização e a especialização avançaram de uma maneira muito forte, que, em meados dos anos 1990, talvez fosse difícil até de imaginar. Na época, as áreas do departamento eram teoria e instituições políticas. Se a gente for pensar, a relação entre as áreas hoje é muito fraca. É até difícil haver diálogo entre elas. Naquele momento, era bem diferente. O que era teoria política no Departamento de Ciência Política? Tínhamos então o Gildo, o Gabriel Cohn (talvez a grande liderança da época), tínhamos o Cláudio Volga, o Eduardo Kugelmas, que era alguém que dialogava com teoria e instituições, a própria Maria Hermínia (mesmo sendo de instituições, a trajetória dela não é afastada de teoria política). Hoje, as áreas estão muito mais separadas. Para a teoria política, talvez a mudança maior tenha sido o concurso em que entraram, no final dos anos 1990, o Cicero Araujo, o Álvaro de Vita e o Fernando Haddad. Se eu não estou enganado, não era um concurso específico de área, mas os três entraram. Esse momento deu realmente um “gás”, um certo estímulo para a teoria política.

Mas houve também outras iniciativas importantes. Por exemplo, eu fiz, já no doutorado, uma outra disciplina que foi decisiva para mim, e que influenciou depois minha pesquisa de doutorado sobre o Romantismo e a ideia de Nação no Brasil. Era uma disciplina com o Marcelo Jasmin, uma disciplina de metodologia em história intelectual e história do pensamento político. Começava com Mannheim, tinha Lovejoy e depois passava pela Escola de Cambridge (Skinner e Pocock) e Koselleck. Para mim, foi muito importante. No doutorado, eu também havia entrado com um projeto que não era exatamente o que eu queria, sobre a chamada geração de 1930 no Brasil e a política; basicamente o peso da política conservadora em Gilberto Freyre, democrática em Sérgio Buarque de Holanda e socialista em Caio Prado Jr. O curso do Marcelo Jasmin foi importante para eu fazer depois o que virou meu doutorado. Me chamou especialmente a atenção aquele texto do Pocock, "O conceito de linguagem e o *metier d'historien*"⁴, no qual ele usa muito os conceitos de *langue* e *parole*. Na época, eu lia *O Mediterrâneo*⁵ de Braudel com alguns amigos da História, e o que mais me chamava a atenção n'*O Mediterrâneo* era a questão dos diferentes ritmos históricos: a longa, a média e a curta duração. Eu achei muito interessante que a perspectiva do Braudel, apesar de muitas vezes ser entendida em termos disciplinares; com a longa duração sendo identificada com a geografia, a média duração com os ciclos da economia e a curta duração com o acontecimento e o evento da política, na verdade, pode ser tratada nos mais diferentes temas e objetos. *Langue* e *parole* me pareceram muito interessantes, pensando na perspectiva da história intelectual ou do pensamento político, na medida em que indicam algo mais difuso, talvez difícil de perceber, além da dimensão mais direta do evento, do acontecimento. E eu, de alguma maneira, quis estudar o que me parecia ser algo como a média duração, de conjuntura, que era o Romantismo no Brasil, pensando-o pela chave da questão da Nação. Nesse caso, a política está na abordagem que se faz,

⁴ POCOCK, John Greville Agard. "O conceito de linguagem e o *métier d'historien*: algumas considerações sobre a prática". In: POCOCK, John Greville Agard; MICELI, Sergio (org.). *Linguagens do Ideário Político*. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003, pp. 63-82.

⁵ BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II*. São Paulo: Edusp, 2016.

não está no objeto, não é uma coisa dada. Mais do que isso, de alguma maneira continuando uma questão que já era do meu interesse, era um problema também de pensar a relação com a ideia do Gramsci, de como uma filosofia se torna senso comum – uma das dimensões de hegemonia - o que pode ser vinculado ao “acontecimento” e a “longa duração”. O meu projeto original era uma comparação sobre o romantismo e a nação no Brasil, na Argentina e no Chile, o que logo descobri que era impossível fazer. Por outro lado, o que chamei, de maneira menos ambiciosa, de contraposição dos românticos brasileiros com os românticos argentinos me ajudou a entender os primeiros. O meu sanduíche foi em Berkeley, com o Tulio Halperin Donghi, um grande historiador argentino, já falecido. Ele me disse: “Acho que aqui não vale a pena você estudar nem Brasil nem Argentina. Você tem que estudar os autores que os românticos brasileiros e argentinos liam”. Eram os românticos franceses. Tem um capítulo da minha tese que é sobre eles, o que traz, para além da comparação, uma dimensão importante em história intelectual, de circulação das ideias.

Felipe Freller: Como você definiria o tipo de produção intelectual que você faz, dentro dos marcos da teoria política?

Bernardo Ricupero: Diria que eu faço basicamente História do Pensamento Político. Eu percebi que era isso que me interessava, talvez desde quando eu me interessei, no mestrado, por aquele curso que eu já comentei que juntava o que na graduação é Política II e Política III. Ou seja, eu trabalho com um material que é pensamento, ideias, mas trato-o basicamente na História. Eu tenho até certa dificuldade com uma abordagem mais abstrata, como da teoria normativa. Também acho interessante pensar que me insiro na área do chamado Pensamento Político-Social Brasileiro. Se a gente for pensar com referências internacionais, seu maior parentesco é com a história intelectual. Mas há também uma história própria, particular, brasileira, que é bastante interessante e que talvez crie possibilidades de abordagens não óbvias. No caso particular da Ciência Política, a ciência política brasileira é, como sabemos, muito recente. Ela é criada, ou, pelo menos, desenvolve essa identidade mais próxima da agenda institucional, a partir dos anos 1970. É sugestivo pensar como essa história da ciência política brasileira foi contada marcando especialmente a contribuição dos chamados “mineiros e cariocas”, por exemplo, Wanderley Guilherme dos Santos e

Bolívar Lamounier. É interessante que Santos e Lamounier, apesar de todas as suas diferenças (em boa medida, até mesmo políticas), reivindicam para o campo da ciência política no Brasil formulações sobre a política realizadas antes da ciência institucionalizada. Essas formulações continuam a ter uma relação com o que vem depois na Ciência Política, até, de alguma maneira, alimentando muitas das hipóteses e questões posteriores. Isso foi chamado de Pensamento Político Brasileiro. Existe também o chamado Pensamento Social Brasileiro, mais identificado com a Sociologia; se quisermos juntar os termos, de certa maneira, aproximando Ciência Política e Sociologia, podemos falar em algo como o Pensamento Político-Social Brasileiro. Tivemos um projeto temático, que o Gildo coordenou com a Élide Rugai Bastos, e depois que o Gildo morreu eu fui o pesquisador principal, que era sobre as Linhagens do Pensamento Político-Social Brasileiro. Mas o que é interessante nesse chamado Pensamento Político, ou Pensamento Político-Social? O que eu acho mais interessante é que é uma zona meio cinzenta, pensando em termos disciplinares. É uma zona que tem muito a ver, principalmente, com a História do Pensamento Político, mas vai também encontrar outras áreas, como a crítica literária, a História, a história cultural, a história política etc. Voltando à questão da ultra-especialização que a gente vive, e que, em alguma medida, é inevitável, eu acho que essa zona cinzenta cria possibilidades interessantes: cria a oportunidade de pensar em interseções ou problemas que talvez a ultra-especialização não seja capaz de perceber. Em termos internacionais, o Pensamento Político-Social Brasileiro provavelmente tem relação maior com a História Intelectual e a História do Pensamento Político, pensando num sentido mais disciplinar, mas há também algo próprio de certa tradição, e que até provavelmente tem pontos em comum com outros países. Valeria até a pena pensar comparativamente - o que é sempre sugestivo - até para destacar o que é particular ao Brasil. É lógico que ser uma espécie de "zona cinzenta" também pode ter seus problemas, no sentido da falta ou da dificuldade de definição. Por outro lado, existe essa possibilidade de busca de interseções, o que não é uma grande tendência nesse universo acadêmico ultra-especializado, e a possibilidade também de ter uma prática mais auto-reflexiva e, portanto, crítica. No fundo, há uma

ironia aí: eu sou um especialista de uma área que se situa justamente nessa zona cinzenta.

Gabriela Rosa: Bernardo, eu fiquei curiosa de saber como você vê as vantagens e as desvantagens desse lugar tão interdisciplinar, tanto do seu trabalho de pensamento político-social brasileiro, como também da teoria política de maneira geral, do ponto de vista institucional. Como você enxerga as vantagens e as desvantagens de trabalhar em uma área tão interdisciplinar, que estabelece diálogos muito fortes com outras áreas, e que talvez tenha essa dificuldade de se autodefinir em detrimento de outras?

Bernardo Ricupero: Eu posso falar de mim, e depois pensar, um pouco, a teoria política da minha perspectiva. Acho difícil assumir o papel de falar pela teoria política em geral. Meu trabalho, em alguma medida, pode trazer coisas que não são tão evidentes. Talvez o mais interessante seja ver, como mencionado antes, que a política não está no objeto, mas muito mais na abordagem. Em um romance, você pode tratar de política. O grande problema (no meu caso, não necessariamente no de qualquer um) é que você pode ficar um pouco perdido. Há também um certo risco de superficialidade, de ficar com a sensação de que estou tocando em muita coisa, mas não sei até que ponto eu consigo realmente me aprofundar tão bem quanto eu gostaria no que discuto. A teoria política é muito variada, e eu acho que a grande vantagem é essa: ser variada. Talvez o principal seja ter a possibilidade de autorreflexão, você pensar o que está fazendo. É possível que outras práticas disciplinares que não têm isso não vão se questionar tanto. Então, essa dimensão crítica pode ser uma vantagem até para perceber os limites do que se faz. Em qualquer trabalho intelectual, é bom saber seus limites. Na grande variedade que caracteriza a teoria política, eu diria que essa é uma dimensão muito presente. É uma dimensão que deve ser valorizada, em termos de que, quando ficam mais evidentes as limitações, mesmo intelectuais, há essa possibilidade de crítica, a crítica não deve levar à autossatisfação e pode abrir outros caminhos.

Felipe Freller: Aprofundando um pouco a relação do pensamento político brasileiro com a teoria política, nos últimos anos tem havido, dentro desse campo, certa discussão sobre a própria designação “pensamento” ou “teoria”. Há o caso emblemático do artigo de Christian Lynch, que se chama justamente “Por que pensamento e não

teoria?: a imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica"⁶, em que ele argumenta que a preferência pelo termo "pensamento", em vez de "teoria", seria um reflexo de certo sentimento de inferioridade das elites intelectuais brasileiras em relação às europeias. Esse tema aparece também em discussões mais específicas. Há, por exemplo, um artigo recente de Ivo Coser que se chama "A Teoria Política Imperial"⁷, em que ele discute por que se pode falar em teoria política no Brasil do Império. Eu queria te perguntar como você vê esse debate, e como você se posiciona. Para você, pensamento político brasileiro e teoria política brasileira são termos intercambiáveis, ou você tem preferência por algum dos dois termos? Você diria que há um sentimento de inferioridade do pensamento político brasileiro em relação ao que seria a teoria política herdada da Europa? Enfim, como você vê esse debate sobre a relação entre o pensamento político brasileiro e a teoria política?

Bernardo Ricupero: Eu diria, em primeiro lugar, que esse debate não é novo. Para uma possível localização alternativa, poderíamos pensar nos anos 1920, especialmente no impacto da Revolução Russa na América Latina. No debate no Peru, por exemplo, entre Haya de la Torre, José Carlos Mariátegui e aqueles que são identificados principalmente com a posição da Terceira Internacional, muitas dessas posições já aparecem. O Christian e o Ivo, que são meus amigos, acho que cumprem um papel importante, provocando com suas formulações. Mas, se a gente for pensar nesse momento peruano, poderíamos dizer que a Internacional Comunista, com a qual os PCs se identificaram, aplicou fórmulas que acreditavam que poderiam ter validade para as situações as mais variadas, pensando que os chamados "países coloniais, semicoloniais e dependentes" deveriam repetir a história europeia com a realização de uma suposta revolução burguesa que conduzisse ao capitalismo e preparasse o caminho para o futuro advento do socialismo. O Haya de la Torre reage contra tal formulação, defendendo que a situação do Peru e do que ele chama não de América Latina, mas de Indo América, é muito particular e deve seguir um caminho próprio, no qual a pequena burguesia teria

⁶ LYNCH, Christian. Por que pensamento e não teoria?: a imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *DADOS*, v. 56, n. 4, 2013, p. 727-767.

⁷ COSER, Ivo. A Teoria Política Imperial. *Revista Estudos Políticos*, v. 11, n. 21, 2020.

um papel central na revolução. Em contraste, há a posição do Mariátegui, que defende, nos *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*⁸, que não há salvação para o que ele também chama de Indo América fora do pensamento e da ciência europeia, o que pode parecer hoje uma formulação antipática. Na verdade, ele vai usar o marxismo para entender uma situação muito específica, que é a do Peru, chegando até o ponto de defender como base para o futuro socialismo peruano a comunidade indígena andina, o *ayllu*. Ou seja, nesse exemplo, aparece o que o Antonio Candido chama de lei de evolução da vida espiritual brasileira, que se rege pela dialética do localismo e do cosmopolitismo. Uma posição como a dos partidos comunistas é uma posição cosmopolita, que, com variações, aparece em diferentes situações, o mesmo ocorrendo com a posição localista do Haya de la Torre. A posição do Mariátegui me parece mais sugestiva, no sentido de que ele vai além do que talvez seja um falso dilema. Ou seja, mesmo partindo do marxismo, no sentido da abordagem, do método, e entendendo o socialismo como o objetivo final, ele vai tentar entender a especificidade peruana. Eu diria que essas posições do Christian e do Ivo, que são muito fortes e difundidas hoje em dia, são posições, em alguma medida, localistas. Em termos do pensamento político, e, num sentido mais amplo, da vida intelectual, não é de agora que essas posições aparecem. Nosso momento é de negação daquilo que é o universalismo no seu sentido mais abstrato e vazio, o que eu acho positivo. Mas, por outro lado, talvez não se perceba que o mais interessante é, a partir do que é particular em cada experiência, ir além dela. Eu entendo a formulação polêmica, mas, para mim, o mais importante não é defender o status do que se faz na periferia como sendo teoria e não pensamento. O mais interessante, para mim, é o tipo de abordagem que se pode assumir da periferia, ou talvez se pudesse chamar do ponto de vista da periferia; capaz possivelmente de indicar um quadro mais amplo, que também inclui o centro capitalista. A meu ver, o melhor dessa reflexão, não só brasileira, vai justamente nessa linha. A própria maneira de entender o pensamento político brasileiro tem que ser pensada em um quadro mais amplo, o da teoria política. Mais uma vez, a gente pode pensar naquilo que Antonio Candido fala, e que não se limita à literatura: estudar literatura no Brasil é

⁸ MARIATEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Linkgua, 2006.

necessariamente estudar literatura comparada. Para entender o Brasil, você tem que levar em conta outros casos. E talvez o mais sugestivo seja que, desse ponto de vista periférico, pode ficar mais evidente, como indica Roberto Schwarz, aquilo que talvez não se veja tão bem do centro. Ao contrário da ideia de falta, talvez haja aí até uma vantagem, um ponto de vista que pode perceber melhor o conjunto ou, para usar um termo desgastado, a totalidade capitalista.

Felipe Freller: Como você vê a relação das reflexões da teoria política e do pensamento político brasileiro com o momento atual, marcado pela sensação geral de que a democracia está ameaçada por um governo de extrema direita? Você acha que esse quadro tem alterado, de algum modo, as perspectivas de pesquisa? Já é possível ver uma mudança nas agendas de pesquisa, nos debates, uma sensação maior de urgência? Quais são os desafios que o tempo presente coloca para a reflexão da teoria política e do pensamento político brasileiro?

Bernardo Ricupero: Eu talvez fosse além da teoria e do pensamento político brasileiro. Pensando do ponto de vista das Ciências Sociais, eu diria que o desafio é comparável com o que foi o golpe de 1964. Isso fazendo a ressalva de que é uma situação completamente diferente da de 1964, pensando o quadro histórico, especialmente por conta do fim da Guerra Fria. Mas vivemos um momento comparável em termos de ruptura. É interessante que o golpe teve um impacto enorme no que veio a ser as ciências sociais brasileiras. A ciência política, em particular, constitui-se procurando dar respostas intelectuais ao golpe de 1964. Eu diria que o Brasil, desde pelo menos 2016, desde o golpe parlamentar daquele ano, vive um desafio comparável. Durante as últimas décadas, havia se entendido que o Brasil tinha uma democracia consolidada. Nossa experiência recente mostra que não. Isso deve levar - pelo menos eu acho necessário - a uma revisão da agenda de pesquisas, e mais do que isso, a uma revisão de pressupostos, do pensar. A teoria política e a teoria social têm um papel decisivo nisso, que é justamente aquele papel crítico e questionador que discutíamos. A situação é especialmente dramática para a Ciência Política, nesse sentido de que se imaginava uma democracia consolidada, e agora não há como não dizer que alguma coisa deu errado. Mas, na verdade, isso não é um problema só da Ciência Política. Eu acho que isso é um

problema para as Ciências Sociais todas e, talvez, num sentido ainda mais difuso, de como se estava pensando o Brasil. E eu não estou me eximindo disso. Eu cresci durante a transição, vivi, como a minha geração, uma espécie de otimismo ingênuo diante de nossa experiência. Achava que, bem ou mal, as coisas iam melhorando, em termos especialmente que o país parecia caminhar para juntar mais democracia política e mais justiça social. Agora, o momento que a gente está vivendo nos força a rever isso. Por outro lado, pode ter alguma coisa de interessante, até positivo, que dá, como você diz, uma certa sensação de urgência. É uma situação diferente daquela com que a gente se acostumou. Voltando à questão das universidades, elas tinham se transformado, nos últimos anos, em um sentido de uma certa rotinização: a gente na verdade não se questionava, de alguma maneira até perdia um pouco o sentido, o porquê, do que fazíamos. As condições materiais estão muito difíceis, especialmente para os mais jovens. Está especialmente difícil de se colocar profissionalmente, o que contrasta com o que foram os anos anteriores, pelo menos de 2004 até 2012, quando houve um momento de vacas gordas. Por outro lado, faz a gente ter que pensar no sentido daquilo que a gente faz, além de se dar conta de que o que a gente faz tem sentido, tem importância. Algo que, nesses anos em que tudo parecia correr bem, havia se perdido.

Referências bibliográficas

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II**. São Paulo: Edusp, 2016.

COSER, Ivo. A Teoria Política Imperial. **Revista Estudos Políticos**, v. 11, n. 21, 2020. DOI: 10.22409/rep.v11i21.46517.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Por que pensamento e não teoria?: a imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). **DADOS**, v. 56, n. 4, 2013, p. 727-767. DOI: 10.1590/S0011-52582013000400001.

MARIATEGUI, José Carlos. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Linkgua, 2006.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2011.

POCOCK, John Greville Agard. "O conceito de linguagem e o métier d'historien: algumas

considerações sobre a prática". In: POCOCK, John Greville Agard; MICELI, Sergio (org.). **Linguagens do Ideário Político**. Tradução de Fábio Fernandez. São Paulo: Edusp, 2003, pp. 63-82.